

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024.

(Do Sr. Paulo Guedes)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a “Licitação e obras da BR-135/MG que liga o município de Manga ao município de Itacarambi em Minas Gerais”.

Senhor (a) Presidente,

Nos termos do art. 58 § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258. Do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de audiência pública na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para debater a “Licitação e obras da BR-135/MG que liga o município de Manga ao município de Itacarambi em Minas Gerais”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Presidente da FUNAI;
2. Representante do INCRA – João Pedro;
3. Representante do IFAN;
4. Representante do DNIT;
5. Representante da empresa LCM Construção e Comércio S/A;
6. Representante da Comunidade Quilombola de Bebedouro;
7. Representante da Comunidade Quilombola de Lapinha;
8. Representante dos Caciques Xakriabrá;
9. Prefeito de São João das Missões/MG;
10. Prefeito de Manga/MG;
11. Prefeito de Itacarambi/MG.



JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da realização de uma audiência pública para debater a licitação e as obras na BR-135/MG, que liga o município de Manga ao município de Itacarambi em Minas Gerais, é de extrema importância e se justifica por diversos motivos.

Primeiramente, a BR-135/MG é uma rodovia vital para a região norte de Minas Gerais, servindo como um eixo fundamental para o transporte de pessoas, mercadorias e produtos agrícolas. As obras de melhoria e manutenção desta rodovia podem trazer significativos benefícios econômicos para os municípios de Manga e Itacarambi, promovendo o desenvolvimento local e regional.

Além disso, a condição atual da BR-135/MG apresenta diversos pontos críticos que comprometem a segurança dos usuários. A realização de obras de melhoria é crucial para reduzir acidentes e garantir a integridade física de motoristas e passageiros. Debater a licitação e os planos de obras permite que a comunidade apresente suas preocupações e sugestões para um projeto mais seguro.

A audiência pública promove a transparência nas ações do governo e permite que a sociedade acompanhe de perto os processos de licitação e execução das obras. Este espaço é fundamental para que a população e os representantes de diversas entidades possam questionar, opinar e contribuir para a fiscalização das etapas do projeto, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e ética.

As obras na BR-135/MG podem causar impactos ambientais significativos. Uma audiência pública é o fórum adequado para discutir as medidas mitigadoras que serão adotadas, assegurar que o projeto esteja em conformidade com as legislações ambientais vigentes e proteger o meio ambiente local.



É essencial garantir que todos os segmentos da sociedade, incluindo moradores, empresários, agricultores, lideranças comunitárias e representantes do poder público, tenham a oportunidade de participar do processo decisório. A audiência pública é um mecanismo democrático que assegura a inclusão de diferentes vozes e perspectivas, promovendo um debate mais rico e abrangente.

Discutir a licitação e as obras da BR-135/MG em uma audiência pública permite que se busquem soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e social. Isso é vital para assegurar que as intervenções na rodovia tragam benefícios duradouros e equilibrados para a região.

Diante destes pontos, solicitamos a realização de uma audiência pública para debater a licitação e as obras na BR-135/MG, promovendo um diálogo construtivo entre governo, comunidade e demais interessados, visando ao aprimoramento do projeto e ao bem-estar coletivo.

Portanto, reitero a importância de se realizar esta audiência pública, de modo a promover uma discussão abrangente e aprofundada e assim, contamos com a colaboração dos nobres pares para aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PAULO GUEDES
(PT/MG)

